

**ACTA**

Aos vinte e oito dias do mês de Julho do ano de dois mil e onze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador José Manuel Antunes, cuja falta foi considerada justificada. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

O Presidente da Câmara informou que, em função do texto do acordo celebrado na passada sexta-feira no âmbito da negociação do cargo da Presidência da Fundação Cidade de Guimarães, solicitou a presença do Advogado, Dr. Luís Teixeira e Melo, a fim de explicar o processo. Antes de lhe passar a palavra, o Presidente da Câmara disse querer agradecer ao Dr. Luís Teixeira e Melo a forma profissional e competente como dirigiu os trabalhos de negociação com os demais advogados envolvidos. -----

O Sr. Dr. Luís Teixeira e Melo, após agradecer as palavras que lhe foram dirigidas, fez o histórico do processo, começando por dizer que na passada sexta-feira, da parte da manhã, recebeu um telefonema do Senhor Presidente da Câmara, pedindo-lhe que o assessorasse nas conversas que iriam ter lugar algum tempo depois no Paço dos Duques de Bragança, a propósito da reunião em que o Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães ia discutir e deliberar acerca da situação interna e da eventual

destituição da Presidente do Conselho de Administração, Dr.<sup>a</sup> Cristina Azevedo. Referiu que, na sequência das conversações, foi assumido um compromisso, que foi acertado telefonicamente com o advogado da Dr.<sup>a</sup> Cristina Azevedo, e depois reduzido a escrito, através de um documento que, por solicitação da própria, não foi tornado público. Deu conhecimento que uma das cláusulas desse acordo prevê que nenhuma das partes outorgantes faça quaisquer comentários públicos envolvendo a situação que foi vivida na Fundação Cidade de Guimarães, e, bem assim, a substituição efectivada e a prestação da Presidente do Conselho de Administração, tendo o acordo sido celebrado entre a Fundação Cidade de Guimarães, a Dr.<sup>a</sup> Cristina Azevedo e o Dr. António Magalhães. Por isso, aconselhou o Senhor Presidente a não prestar quaisquer declarações, pois o que dissesse podia sempre ser admitido como violação do acordado. Continuou, referindo que o acordo prevê que, uma vez que o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães publicitou a necessidade de renovar a equipa dirigente da Fundação Cidade de Guimarães, e que esse anúncio criou na Dr.<sup>a</sup> Cristina Azevedo incerteza quanto ao seu destino, esta aceitou a revogação do mandato. Mais deu conhecimento que a Fundação Cidade de Guimarães pagará à Dr.<sup>a</sup> Cristina Azevedo uma compensação se houver alguma diferença entre o vencimento que tinha na situação profissional que precedeu a sua designação para o Conselho de Administração da Fundação e a que lhe foi atribuída no lugar a que vai regressar, se, é claro, alguma diferença houver. Acrescentou que tal compensação será quantificada entre as partes no prazo de 30 dias e paga no prazo de 60. Concluiu, dizendo que todas as partes convencionaram que, em caso algum, as obrigações decorrentes do acordo são transmissíveis ou transferíveis para a Câmara Municipal de



Guimarães e que a eventual violação do dever de silêncio atrás referido implica o direito a uma indemnização, a título de cláusula penal, e a cargo, conforme os casos, da Fundação Cidade de Guimarães ou da Dr.<sup>a</sup> Cristina Azevedo. Por fim, o Dr. Luís Teixeira e Melo colocou-se ao dispor dos membros do Órgão Executivo para prestar os esclarecimentos que pretendessem, tendo, neste âmbito, respondido às questões que lhe foram colocadas pelos Vereadores José Manuel Torcato Ribeiro e André Coelho Lima. -----

### ----- INTERVENÇÕES -----

**1 – Vereador André Coelho Lima** – Leu, em voz alta, um documento, pedindo que o respectivo texto, que a seguir se transcreve, ficasse registado em acta: “O assunto que marca esta reunião é inevitavelmente o tumulto ocorrido nas duas últimas semanas no seio da Fundação Cidade de Guimarães (FCG), e naturalmente também no seio da CEC/2012 que a Guimarães foi dada a incumbência de organizar, e que, convenhamos em abono da verdade, não temos sabido dar de nós próprios, perante o País e perante a Europa, a melhor das imagens. Foi-nos proposto, pelo executivo socialista, o nome do Prof. João Serra para presidir ao Conselho de Administração (CA) da FCG. Em coerência com os apelos à serenidade e até à imutabilidade directiva que, em face da proximidade a que estamos no início da CEC/2012, fomos fazendo nos últimos tempos, o nome do Prof. João Serra não nos merece, nessa medida, qualquer reserva. Por outro lado ainda, sempre foi quanto a nós evidente que, embora seja estranho e difícil de compreender que permaneça um dos elementos de um corpo directivo censurado, a verdade é que sempre tivemos presente que o prejuízo de uma “vassourada geral” era muito superior ao benefício de um total refrescamento do elenco

directivo. A nomeação de administradores completamente novos e fora do processo, faria com que necessitassem, naturalmente, de 2 ou 3 meses apenas para se inteirarem dos dossiês, faria com que pretendessem, legitimamente, colocar apenas pessoas da sua confiança, todas elas totalmente desligadas do processo, faria com que aspirassem, compreensivelmente, a deixar a sua própria marca na CEC/2012, para o que não há manifestamente, tempo. Tudo isto, aliás, é o maior demonstrativo do péssimo *timing* desta tomada de decisão. Tudo isto aliás, manifesta à saciedade que mesmo pretendendo-se modificar, as modificações não poderiam ser mais do que cosméticas, e não substanciais ou decisivas. Por isso, em nome do pragmatismo de que também se devem revestir estas decisões, atendendo sobretudo à proximidade do início do evento e à circunstância de praticamente tudo estar já definido, programado e contratado, esta opção que o executivo socialista nos apresenta surge-se-nos como uma opção acertada, neste enquadramento, pelo que a viabilizamos com o nosso sentido de voto. No entanto, há uma censura que tem ser feita ao processo. A um processo rocambolesco, do qual ainda muito faltará para contar. E essa censura tem que ser agora manifestada. Desde início, em todo este processo, o PSD sempre procurou assumir uma postura de serenidade e moderação nas declarações públicas acerca desta temática. Para além disso, o PSD sempre viabilizou todas as propostas que a Câmara Municipal apresentou relacionadas directa ou indirectamente com a CEC/2012, procurando transmitir uma mensagem de consenso em torno de um evento que deve unir os Vimaranenses. A verdade é que, hoje, estamos perante um cenário de crise profunda no seio da FCG e da CEC, e este cenário de crise, em nossa opinião, não pode merecer a mesma abordagem do início do processo, nem pode



exigir dos partidos da oposição a assinatura de mais um cheque em branco ao executivo para que o desconte como e quando quiser. Este processo e o estado em que ele está, devia e deve necessariamente implicar uma diferente abordagem para a sua resolução, mais abrangente, mais política, mais envolvente, precisamente porque, se correu mal, se as escolhas se revelaram erradas, agora mais do que nunca, exige-se uma participação o mais lata possível do espectro político, social, associativo e outros que se considerem relevantes. Bem sabemos que o tempo urge, bem sabemos que o tempo era e é pouco para a tomada de decisões, mas momentos difíceis exigem posturas ainda mais arrojadas, mais envolventes, mais participadas. A verdade é que nada disto aconteceu. Apesar desta ser uma expectativa não dos restantes partidos, mas da própria sociedade. Que nos exigia que soubéssemos, em nome de Guimarães, procurar gerar consensos para ultrapassar a nuvem negra que paira sobre a CEC/2012. Os restantes partidos, que podiam – e deviam! – ter sido chamados e envolvidos no processo neste momento de crise, foram colocados à margem do mesmo. Sabem tanto quanto qualquer cidadão acerca dos motivos da retirada de confiança à Dra. Cristina Azevedo, souberam tanto quanto qualquer cidadão (pelos jornais), da escolha pelo Município de Guimarães do Prof. João Serra, e aceitação por parte do Governo, para presidir ao Conselho de Administração (CA) da FCG. E se já é quanto a nós injustificável a ocupação meramente aparente de funções neste executivo, pior ainda se torna numa situação como aquela em que presentemente se encontra a CEC/2012, que exigia que se conduzisse o processo de forma diferente do que sucedeu na nomeação da Dra. Cristina Azevedo. Mas a verdade é que o processo, no que à participação dos partidos da oposição respeita, decorreu exactamente da

mesma forma que o processo de nomeação da Dra. Cristina Azevedo. Se na altura passamos o tal cheque em branco, e correu como está à vista de todos, agora, num cenário de ruptura da solução anterior e perante um processo conduzido de forma rigorosamente igual ao primeiro, de igual falta de envolvimento, não poderíamos jamais ter idêntica postura. A esta questão acresce uma outra, que igualmente fundamenta a censura que manifestamos, e sobre que importa ainda reflectir. Do pouco que se conseguiu perceber publicamente, de substantivo, relativamente aos motivos da censura ao trabalho da FCG, percebeu-se claramente que as críticas eram de natureza funcional, ao corpo directivo da FCG. Porque não se envolvia devidamente a comunidade, porque não se assinava o protocolo com A Oficina, porque não se viabilizava o deferimento nos processos de candidatura a financiamentos comunitários, enfim, por uma série de motivos todos eles de origem absolutamente funcional, isto é, e de forma mais grosseira, entendia a Câmara que o funcionamento da FCG e da CEC/2012, não estava de acordo com as suas expectativas. No entanto, sugere-nos para levar o barco a bom porto, precisamente uma das 3 pessoas que estavam formal e substancialmente responsáveis pelo estado em que o barco estava. Fosse essa responsabilidade por acção, ou fosse meramente por omissão de acção, a verdade é que é difícil explicar a cidadão médio como se resolvem todos os problemas da CEC/2012 com a retirada da uma só pessoa, mas com a continuação de um mentor e cúmplice com a estratégia censurada. Basta que vejamos alguns exemplos práticos, para se perceber o inusitado desta situação: O que diz o Prof. João Serra sobre o que se passou no seio do seu CA da FCG? Sabemos que em actos públicos, onde se destaca o «Encontro com a Comunidade» que



teve lugar no CCFV, o Prof. João Serra defendeu sem margem para dúvidas as posturas e as decisões que até aí vinham sendo tomadas. Admitindo-se que não alegava contra a verdade que conhecia, como se explica que alguém que sempre esteve objectivamente comprometido com o projecto da FCG, da que era aliás administrador, seja agora a solução para resolver os problemas surgidos em torno da CEC/2012? O que pensa o Prof. João Serra acerca do reclamado envolvimento da comunidade, dos Vimaraneses? O que vai fazer diferente daquilo que fez, ou devia ter feito, até aqui? Que garantias temos que com o Prof. João Serra o que correu mal no passado, não vai correr mal novamente? Que margem tem o Prof. João Serra para fazer alterações no pessoal que trabalha na FCG, eventualmente substituindo escolhas suas, escolhas que também ele fez? Qual o projecto que o Prof. João Serra nos apresenta para a CEC/2012? E é absolutamente natural que coloquemos todas estas questões? Pois que se não fomos envolvidos no processo da sua escolha, pois que se não nos foi dada oportunidade de sobre isso nos pronunciarmos em reuniões privadas, temos que ver esclarecidas estas questões, precisamente por não podermos limitar-nos a passar um "salvo conduto", sem termos garantias sólidas de que algo vai ser realmente diferente. E sobre isso, até este momento, nem uma só palavra foi dada, nem um só compromisso foi assumido. Esta névoa que continua a pairar sobre a CEC/2012, agora adensada e transformada em nevoeiro cerrado com o famigerado "pacto de silêncio" que brota do Conselho Geral, e que tem como resultado que todas estas questões fiquem efectivamente sem resposta, não contribui nem para trazer transparência a este processo, nem para se perceber, de forma clara, se os fundamentos da censura foram efectivamente

funcionais ou se foram ao fim e ao cabo pessoais, ou de outra natureza ainda mais gravosa. E é natural que adensem todas estas dúvidas quando, perante um pacto de silêncio, nos é presente como solução, quem era parte do problema. Justificada que se encontra a nossa posição de viabilização, com censura, importa clarificar de imediato algumas situações, que deverão ser respondidas no mais breve prazo pelo novo CA da FCG. Porque esta aprovação, não pode ser apenas a recondução de um novo elemento da presidência, alheando-se a Câmara de qual vá ser a sua actividade. Recordemos que o que nos pôs nesta situação foi precisamente o facto de a Câmara sempre ter querido abster-se de participar no imaterial, abandonando a vertente imaterial e confiando-a à FCG, abdicando de fiscalizar, desde início, a sua aplicação. Agora, para este novo CA, importa impor um rigoroso caderno de encargos, que deve sair do rol de críticas efectuadas e compiladas pela Câmara ao trabalho da anterior Presidente, que no fundo teriam sido o fundamento da sua demissão, e que importa que sejam agora cabalmente cumpridas pelos novos órgãos, sendo que o cumprimento deste "caderno de encargos" tem que ser fiscalizado semanalmente, com acompanhamento permanente por parte da Câmara e demais órgãos institucionais. Interessa por exemplo perceber: - Que aplicação concreta na publicitação da nossa cidade será efectuada com os € 8 milhões disponibilizado pelo Turismo de Portugal para promoção do destino Guimarães? - Qual a estratégia de afirmação de Guimarães no quadro europeu e mundial? - Que afirmação específica está prevista no contexto regional? - Em que ponto está, e pretende o novo CA que esteja, o propalado e motivante projecto de reconversão do tecido económico regional, assente nas indústrias culturais e criativas? Há uma série quase infindável de questões a





colocar, de compromissos a assumir, mas que têm que ser assumidos de imediato, por forma a que, como todos desejamos, esta alteração não tenha sido meramente cosmética, de mera mudança de peças num tabuleiro de xadrez, mas uma mudança em prol de uma melhor CEC/2012, e de uma melhor imagem de Guimarães perante o País. **2 – Vereador José Manuel Torcato Ribeiro** – Disse lamentar este processo, dizendo que desde o seu início ele foi mal conduzido. Disse, ainda, que pensava que agora o Presidente da Câmara iria envolver os restantes Vereadores do Executivo neste processo, designadamente no que toca à escolha do novo Presidente. Tal não se verificou, pois disse, e lamentou, ter sabido da opção da escolha pela comunicação social. Disse ter-se perdido a oportunidade de dar o direito aos vimaranenses de participar neste evento, que é de interesse colectivo e não de individualidades. **3 – Vereadora Luisa Oliveira – a)** – Elogiou a apresentação do Plano Municipal de Promoção da Acessibilidade de Guimarães ocorrida no dia de ontem, no Centro Cultural Vila Flor, assessorada por intérpretes de linguagem gestual. Salientou, a propósito, a importância da linguagem gestual, defendendo a realização de acções de formação nesta área; **b)** – Defendeu a formação dos agentes ao serviço das forças policiais ao nível da aprendizagem de outros idiomas, de forma a habilitá-los a informarem adequadamente os turistas que visitam a cidade. **4 – Presidente da Câmara – a)** – Sobre a intervenção da Vereadora Luísa Oliveira, disse que o nível da Polícia Municipal tem sido considerado acima da média relativamente a outras forças de segurança; **b)** – Sobre as demais intervenções, disse que não considerava correcto contactar qualquer Vereador antes de falar com o Secretário de Estado da Cultura. Disse, a propósito, que o seu comportamento perante a Fundação irá manter-se. **5 –**

**Vereador José Augusto Araújo** – Informou que, até ao próximo dia 9 de Agosto, decorre o concurso para recrutamento de licenciados para as actividades de enriquecimento curricular. -----

-----**INFORMAÇÕES**-----

O Presidente da Câmara deu as seguintes informações: **1** – Do ofício dos TUG (Transportes Urbanos de Guimarães) dando conhecimento da entrada em vigor, no próximo dia 1 de Agosto, do novo tarifário. **2** – Informou ter recebido a Direcção da Casa do Povo de Briteiros que apresentou um trabalho exaustivo (levantamento) sobre a situação actual da instituição. Disse, a propósito, que só será possível resolver o problema quando for nomeado o Director Regional da Segurança Social. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

Foi aceite, por unanimidade, votar, antes da ordem do dia, as seguintes propostas: -----

**FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARÃES – NOMEAÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “Em reunião extraordinária do Conselho Geral da Fundação Cidade de Guimarães, realizada no pretérito dia 22 de Julho, foi aprovado, por unanimidade dos membros presentes, o acordo estabelecido entre a Fundação Cidade de Guimarães, a então sua Presidente, Dra. Cristina Azevedo e o Presidente da Câmara, Dr. António Magalhães, que determina, entre outros, a revogação do mandato da Dra. Cristina Azevedo, como Presidente do Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães. Considerando a oportunidade única e irrepetível que a Capital Europeia da Cultura representa para Guimarães e os Vimaranenses; Considerando que mais um ciclo longo e complexo se cumpriu, a saber: recrutamento e formação de uma equipa de programadores, elaboração de uma



programação cultural de nível europeu, garantia e contratualização das formas de financiamento, estabelecimento de parcerias para a produção, recomendação da programação cultural para o Prémio Melina Mercouri; Considerando que um novo ciclo agora se inicia, que exige novos protagonistas e um acento muito especial na comunicação e promoção de Guimarães 2012 e, muito especialmente, a criação de condições para que Guimarães, os Vimaraneses e o País se envolvam com entusiasmo na celebração de Guimarães 2012 e na fruição cultural que proporcionará; Considerando a importância da garantia de condições para o êxito de Guimarães 2012, enquanto espaço e tempo de reunião de cidadãos, de exaltação das cidades e de fortalecimento da cultura como elemento aglutinador do destino europeu; Considerando que a renovação da equipa dirigente que integra o Conselho de Administração da Fundação Cidade de Guimarães tem de se conciliar com a necessidade imperiosa de garantia de continuidade do projecto Guimarães 2012; Considerando que, nos termos dos Estatutos da Fundação Cidade de Guimarães, o Presidente da Fundação Cidade de Guimarães é nomeado pela Câmara Municipal de Guimarães, sob proposta do seu Presidente; Considerando ainda que está garantida a anuência do Sr. Secretário de Estado da Cultura; Proponho que a Câmara Municipal delibere, em função do relevante curriculum e do proeminente percurso profissional e social, conforme respectiva nota biográfica (Anexo 1), bem como do conhecimento que já possui de Guimarães e da programação cultural de que é responsável, enquanto Vogal do Conselho de Administração cessante, nomear como Presidente da Fundação Cidade de Guimarães o Sr. Professor Doutor **João José de Sousa Bonifácio Serra.** A nota biográfica dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO,**

**POR ESCRUTÍNIO SECRETO E MAIORIA APROVAR**, com sete votos a favor e três abstenções. -----

**PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (ENGENHARIA MECÂNICA)**

– Presente a seguinte proposta: “No âmbito das necessidades reportadas na informação prestada pelo Senhor Director do Departamento de Obras Municipais, e na sequência da alteração do Mapa de Pessoal aprovada pela Assembleia Municipal em 01/07/2011, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de um posto de trabalho, previsto naquele mapa como necessidade permanente, da carreira e categoria de técnico superior, licenciado em Engenharia Mecânica e formação para perito qualificado no âmbito da certificação energética e qualidade do ar interior (SCE). Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e LOE/2011; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008, de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho previstos no mapa de pessoal carece de aprovação do órgão executivo do Município.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CONCURSO PÚBLICO N.º 5/11 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – TRANSPORTE DE ALUNOS – ANO LECTIVO 2011/2012 – ELEMENTOS DO JÚRI – NECESSIDADE DE ADICIONAR NOVOS MEMBROS**

– Presente a seguinte informação da Directora do Departamento Financeiro: “O Júri do procedimento concursal acima identificado foi aprovado por deliberação da Câmara de



19/05/2011, com a seguinte composição: **Presidente:** Anabela Moreira Lima, Directora do Departamento Financeiro; **Vogais efectivos:** Elsa Maria Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão Administrativa e Sónia Raquel Ferreira Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projectos Financeiros; **Vogais suplentes:** Clara Maria Soares, Técnica Superior e Laura Mina Paço Quesado, Técnica Superior. No sentido de manter o mapa de férias aprovado, uma vez que a abertura das propostas coincide com o período de férias de alguns daqueles membros, e considerando existirem Técnicos disponíveis nos serviços municipais para este efeito, sugere-se aumentar o número de membros que constituem o Júri com mais dois vogais suplentes. Deste modo, submete-se à consideração superior que sejam adicionados ao grupo que compõe o Júri os seguintes membros: - Marisa Manuela Freitas Neto, Chefe da Divisão de Contabilidade e Tesouraria; - Ana Paula Teixeira, Técnica Superior". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CONCURSO PÚBLICO N.º 9/2011 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO PARA O TRIÉNIO 2012/2014** – Presente a seguinte informação da Directora do Departamento Financeiro: "Considerando a necessidade e a urgência imperiosa que a aquisição de serviços de seguros de acidentes de trabalho, seja assegurada no primeiro dia útil de Janeiro de 2012, submete-se para aprovação superior o programa de concurso e o caderno de encargos, anexos, a repartição de encargos e a abertura do presente procedimento, a ratificar pela Assembleia Municipal, de acordo com o disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho e nos seguintes termos: **Bem ou serviço:** Aquisição de serviços – Seguro de acidentes de trabalho para o triénio 2012/2014. **Preço**

**base:** 429.353,24€ (isento de IVA). **Repartição de encargos:** Ano 2012: 143.117,75€; Ano 2013: 143.117,75€; Ano 2014: 143.117,75€. **Classificação económica:** 01030901.

**Procedimento:** Propõe-se a adopção do concurso público, previsto na alínea b), n.º 1, artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos e a respectiva aprovação do Júri abaixo mencionado.

**Entidade competente para adjudicar:** Município de Guimarães.

**Júri: Efectivos: Presidente** – Anabela Moreira Lima, Directora do

Departamento Financeiro; **Vogais:** - Elsa Maria Ferreira Cordeiro

Almeida, Chefe da Divisão Administrativa; - Sónia Raquel Ferreira

Gonçalves, Chefe da Divisão de Contratação Pública e Projectos

Financeiros; **Vogais Suplentes:** - Maria Luísa Vilaça, Técnica

Superior; - Liliana Alves, Técnica Superior. Nas suas faltas e

impedimentos a Presidente do Júri é substituída pela Vogal

efectiva Elsa Maria Ferreira Cordeiro. **Propõe-se que os**

**esclarecimentos, as rectificações de erros ou omissões e as**

**prorrogações de prazos, sejam delegados no Júri do**

**concurso.** À consideração superior.” O Caderno de Encargos e o

Programa de Procedimento dão-se aqui por reproduzidos e ficam

arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **INFORMAÇÕES** -----

**1** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 20

de Julho de 2011, que adjudicou a empreitada designada por

“**Requalificação do Pavilhão INATEL**” ao concorrente “Nirvar –

Construções, Lda.”, pelo preço de €211.279,96 + IVA, para um

prazo de execução de 60 dias, nos termos previstos no Caderno de

Encargos; **2** – Do ofício do Ministério das Finanças e da

Administração Pública enviando, em suporte digital (CD-Rom), o



Relatório n.º 1228/2010 (e anexos) da Inspeção-Geral de Finanças sobre o Controlo das Compras Públicas, o qual se encontra disponível, para consulta dos Senhores Vereadores, no Departamento Financeiro desta Câmara Municipal; **3** – Do despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 21 de Julho de 2011, que concordou com a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: **"ESCOLA EB1 DA FREGUESIA DE FIGUEIREDO – USUCAPIÃO – PROCº RP/25/2006 – O** Município é proprietário do prédio abaixo identificado, destinado ao funcionamento da escola EB1 da freguesia de Figueiredo: Prédio urbano situado na Rua de Entre Latas, da freguesia de Figueiredo, com a área total de 1.459,00 m<sup>2</sup> inscrito na respectiva matriz predial urbana sob o artigo 277, não descrito na Conservatória do Registo Predial, conforme certidão emitida pela 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães em 19 de Julho de 2011, com o valor patrimonial actual de € 106.360,00 determinado nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). Apesar da inexistência de documento legal que comprove a propriedade do referido imóvel, há mais de 25 anos que o Município de Guimarães tem vindo, ininterruptamente, a utilizar e a fruir o prédio onde são leccionadas aulas do 1º ciclo do ensino básico, tendo, ao longo dos tempos, efectuado obras de conservação e de reparação, bem como operações de limpeza, administrando-o por isso com ânimo de quem exerce o direito de propriedade sobre coisa própria, exercendo assim uma posse pública porque à vista e com conhecimento de toda a gente, sem oposição de quem quer que seja. Deste modo, caso seja aceite superiormente, deverá o Município proceder à aquisição do indicado prédio por usucapião, devido à impossibilidade de comprovar o seu direito de propriedade pelos meios normais, não dispondo de título formal

que lhe permita efectuar os respectivos registos na Conservatória do Registo Predial. À consideração superior.” -----

----- **DELIBERAÇÕES** -----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 2011. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA,** tendo sido dispensada a leitura da acta por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

**CÂMARA – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE NOVO GESTOR PARA A VITRUS AMBIENTE, EM, SA** – Presente a seguinte proposta: “Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 23 de Setembro de 2010, foi nomeado como membro do Conselho de Administração da Vitrus Ambiente, EM, SA, Rui Pedro de Faria Alves e Oliveira, que assumiu funções executivas no Conselho de Administração. Através de ofício enviado ao Presidente do Conselho de Administração da Vitrus no passado dia 1 de Julho de 2011, Rui Pedro de Faria Alves e Oliveira manifestou a sua impossibilidade para continuar a exercer a referida função, alegando motivos pessoais, apresentando, assim, a sua renúncia ao cargo, com efeitos a partir do próximo dia 31 de Agosto. A exoneração deste membro do Conselho de Administração foi apresentada e aprovada em Assembleia-Geral da Vitrus realizada no passado dia 7 de Julho de 2011. Nesta sequência, levamos ao conhecimento desta Câmara Municipal a exoneração daquele membro do Conselho de Administração da Vitrus, sendo agora necessário, conforme estipulado no art.º 18.º dos seus Estatutos, nomear um novo membro, com funções executivas, uma vez que o Conselho de Administração da Vitrus Ambiente, EM, SA é constituído por três membros. Propõe-se, assim, que a Câmara





Municipal designe Daniel José da Silva Pinto para membro do Conselho de Administração da Vitrus Ambiente EM, SA, com funções executivas, com efeitos a partir do próximo dia 1 de Setembro. Mais se propõe que seja aprovada a minuta do Contrato de Gestor Público a celebrar entre a Câmara Municipal e o novo membro daquele Conselho de Administração, de acordo com o documento que se anexa como doc. 1.” A minuta do Contrato de Gestor Público dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA E ESCRUTÍNIO SECRETO, APROVAR A DESIGNAÇÃO DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**, com sete votos a favor e três contra. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR O CONTRATO DE GESTOR PÚBLICO.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – CENTRO DE FORMAÇÃO AVANÇADA PÓS-GRADUADA/DOMUS CIVIL – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA EMPREITADA – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO ADICIONAL** – Presente, para aprovação, a minuta do contrato adicional relativa à prorrogação do prazo de execução da empreitada designada por “Centro de Formação Avançada Pós-Graduada/Domus Civil”, por mais 79 dias. A minuta do contrato adicional dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – PLATAFORMA DAS ARTES – TRABALHOS A MAIS E MINUTA DO CONTRATO ADICIONAL DE EMPREITADA** – Presente a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: “Na fase de execução do contrato, nomeadamente durante a execução das escavações e das fundações foram detectadas situações imprevistas que se

tornam urgente resolver. Sinteticamente, a necessidade da execução de trabalhos a mais baseia-se em duas situações que seguidamente passamos a discriminar: **1** - Durante a execução da escavação geral para definição das plataformas de trabalho constatou-se o aparecimento de três linhas de água em estrutura de pedra de secção rectangular que atravessavam todo o terreno da zona de escavação, linhas essas que terão que ser desviadas e canalizadas, de modo a não colidirem com a implantação do edifício; **2** - Durante a execução das fundações indirectas por estacas moldadas (conforme previsto no projecto posto a concurso) constatou-se o aparecimento de afloramentos rochosos, maciços rochosos e bolas graníticas numa pequena área de furação das estacas, que impõem que se altere o processo executivo de furação das mesmas. O processo executivo definido no projecto é o de furação por trado contínuo, processo esse que não permite realizar a furação em rocha, sendo que o aparecimento dos referidos estratos rochosos implica a alteração do método de furação, substituindo-o neste caso por estacas tipo Vara Kelly. Nessa sequência foi solicitado aos projectistas um parecer (**doc.1**), no qual se justificasse a imprevisibilidade e necessidade da execução de trabalhos a mais. O parecer atrás referido deu origem à apresentação, pelo adjudicatário "Casais – Engenharia e Construção, S.A.", da obra "Plataforma das Artes", de duas propostas de Trabalhos a Mais, conforme listas anexas (valor total de €91.086,79 + IVA – **doc. 2** e **doc. 3**). As situações atrás descritas resultam de circunstâncias absolutamente imprevistas, não detectadas e muito dificilmente detectáveis em fase de projecto. Apesar do projecto de fundações ter tido como suporte estudos geotécnicos (**doc. 4**), estes não permitiram identificar a situação relatada no ponto 2 desta informação. Os



três canais de água de mina referidos no ponto 1 desta informação, que apareceram durante a escavação têm mais de uma centena de anos, sendo alguns deles muito anteriores à construção do Antigo Mercado Municipal, pelo que não estavam cadastradas por não ser uso na época nem foram interceptadas através dos estudos geotécnicos atrás referidos. Assim, a execução dos trabalhos agora propostos não podem ser técnica ou economicamente separados do objecto do contrato sem que daí resulte grave problema quer no cumprimento do prazo da empreitada, quer no significativo aumento de custos, caso se adoptasse por um novo procedimento de concurso (novos custos de estaleiro geral, suspensão de trabalhos e consequentes indemnizações). Para além disso, a não execução das obras agora propostas impossibilita a continuação da empreitada nos termos previstos no contrato inicial. Propõe-se, assim, a aprovação de trabalhos a mais, nos termos do nº 1 do artigo 370º do Código dos Contratos Públicos no valor de €91.086,79 + IVA que corresponde a uma percentagem de 0,71% em relação ao valor da adjudicação. Uma vez que a execução destes trabalhos não tem interferência directa nem prejudica o normal desenvolvimento do plano de trabalhos não deverá ser concedida prorrogação do prazo de execução, nos termos do nº 2 do artigo 374º do Código dos Contratos Públicos. À consideração superior.” Submete-se, ainda, para aprovação, a correspondente minuta do contrato adicional de empreitada. Os referidos documentos anexos, bem como a minuta do contrato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. ---  
**OBRAS PÚBLICAS – NOVO ACESSO PEVIDÉM/S. CRISTÓVÃO DE SELHO – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** – Presente, para

ratificação, o despacho do Presidente da Câmara, datado de 22 de Julho de 2011, que aprovou a repartição de encargos da obra em epígrafe, de acordo com a seguinte informação dos Serviços do Departamento de Obras Municipais: "No Plano Plurianual de Investimentos para o ano de 2011 consta a execução da obra em título, onde foi inscrita a verba de €350.000,00 destinada a suportar a despesa com a rubrica 3.3.1.1.24. Com vista a ser adjudicada a empreitada à empresa "**M. Couto Alves, SA**" conforme proposto pelo Júri do Procedimento, em 22/07/2011, pelo preço de **€1.004.100,10 + IVA**, e atento o plano de pagamentos da respectiva proposta, sugiro a seguinte repartição de encargos: Ano de 2011 - €338.311,35 + IVA = €358.610,03; Ano de 2012 - €665.788,75 + IVA = €705.736,08."

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**OBRAS PÚBLICAS – NOVO ACESSO PEVIDÉM/S. CRISTÓVÃO DE SELHO – ADJUDICAÇÃO** – Presente, para aprovação, o Relatório Final respeitante ao Concurso Público identificado em epígrafe, em anexo, propondo que a empreitada seja adjudicada ao concorrente "M. Couto Alves, S.A." pelo preço de €1.004.100,10 (um milhão quatro mil e cem euros e dez cêntimos) + IVA para um prazo de execução de 180 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE GONDOMAR – CADUCIDADE DO PROTOCOLO DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO E CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Por deliberação de 7 de Abril de 2011, a Câmara Municipal de Guimarães decidiu apoiar a execução de



obras nas freguesias, delegando a sua execução nas respectivas Juntas de Freguesias, mediante a celebração de protocolos de delegação de competência e de atribuição de subsídio, cabendo a cada Junta de Freguesia a iniciativa e escolha da obra a realizar no ano de 2011. A Junta de Freguesia de Gondomar solicitou que a verba de €11.470,02 se destinasse à elaboração do projecto e arranjo da zona envolvente à Casa Mortuária, tendo sido celebrado, em 12 de Abril de 2011, o respectivo Protocolo de Atribuição de Subsídio. Contudo, verificando-se um atraso na elaboração do projecto, a referida Junta de Freguesia solicita, através de ofício, que a verba acima mencionada seja aplicada na Pavimentação da Calçada do Barroco. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a caducidade do Protocolo de Atribuição de Subsídio celebrado em 12 de Abril último, bem como a delegação, na Junta de Freguesia de Gondomar, da execução da obra de Pavimentação da Calçada do Barroco através da celebração do respectivo Protocolo de Delegação de Competências, nos termos aprovados por deliberação de 7 de Abril.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE BRITEIROS SANTO ESTEVÃO – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS**

**– ALTERAÇÃO** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por deliberação de 7 de Abril de 2011, a Câmara Municipal de Guimarães decidiu apoiar a execução de obras nas freguesias, delegando a sua execução nas respectivas Juntas de Freguesias, mediante a celebração de protocolos de delegação de competência e de atribuição de subsídio, cabendo a cada Junta de Freguesia a iniciativa e escolha da obra a realizar no ano de 2011. A Junta de Freguesia de Briteiros Santo Estêvão solicitou que a verba de €11.441,87 se destinasse à construção do

Cemitério, tendo sido celebrado, em 11 de Abril de 2011, o respectivo Protocolo de Delegação de Competências. Contudo, verificando-se um atraso na elaboração do projecto da referida obra, a Junta de Freguesia solicita, através de ofício, que parte da verba acima mencionada seja aplicada na Pavimentação de parte da Rua de Fafião, submetendo-se, assim, a aprovação do executivo camarário o primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências assinado no dia 11 de Abril último alterando-se, assim, a Cláusula 1.ª, bem como o n.º 1 da Cláusula 2.ª, que passarão a ter a seguinte redacção: **Cláusula 1ª** – “O presente Protocolo tem por objecto a delegação de competências na Freguesia de Briteiros Santo Estêvão para execução da pavimentação de parte de Rua de Fafião”. **Nº 1 da Cláusula 2ª** – “Para a prossecução do objecto definido na Cláusula 1.ª e da execução nos termos previstos na Cláusula 3.ª é concedida, pela Câmara à Junta, uma verba até ao montante de €6.311,87. Mais se propõe celebrar um Protocolo de Atribuição de Subsídio com a Junta de Freguesia de Briteiros Santo Estêvão para a execução de obra de pavimentação do Caminho de Ribas, pelo valor remanescente da verba total atribuída por deliberação de 7 de Abril último, no montante de €5.130,00.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE INFANTAS – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Por deliberação de 7 de Abril de 2011, a Câmara Municipal de Guimarães decidiu apoiar a execução de obras nas freguesias, delegando a sua execução nas respectiva Juntas de Freguesias, mediante a celebração de protocolos de delegação de competência e de atribuição de subsídio, cabendo a



cada Junta de Freguesia a iniciativa e escolha da obra a realizar no ano de 2011. A Junta de Freguesia de Infantas solicitou que a verba de €8.200,00 se destinasse à execução da obra de pavimentação e drenagem de águas pluviais na Rua do Freixieiro, tendo sido celebrado, em 3 de Maio de 2011, o respectivo Protocolo de Delegação de Competências. Contudo, verificando-se que a Empresa Intermunicipal VIMÁGUA procederá à execução da rede de água e saneamento na referida rua apenas no próximo ano, solicita a Junta de Freguesia de Infantas uma alteração ao objecto do Protocolo de Delegação de Competências acima mencionado. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências assinado no dia 3 de Maio último, cuja Cláusula 1.ª passará a ter a seguinte redacção: "O presente Protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Infantas para a execução da obra de pavimentação da Rua da Liberdade". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA POLVOREIRA – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Por deliberação de 7 de Abril de 2011, a Câmara Municipal de Guimarães decidiu apoiar a execução de obras nas freguesias, delegando a sua execução nas respectivas Juntas de Freguesias, mediante a celebração de protocolos de delegação de competência e de atribuição de subsídio, cabendo a cada Junta de Freguesia a iniciativa e escolha da obra a realizar no ano de 2011. A Junta de Freguesia de Polvoreira solicitou que a verba de €23.111,03 se destinasse à execução da obra de requalificação do Centro Cívico, tendo sido celebrado, em 12 de

Abril de 2011, o respectivo Protocolo de Delegação de Competências. No entanto, por ofício datado de 27 de Junho de 2011, a Junta de Freguesia de Polvoreira solicita que a verba atribuída seja aplicada no pagamento dos honorários relativos à elaboração dos projectos de requalificação do Centro Cívico e de Ampliação do Cemitério. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências assinado no dia 12 de Abril último, cuja Cláusula 1.ª passará a ter a seguinte redacção: "O presente Protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Polvoreira para elaboração dos projectos de requalificação do Centro Cívico e Ampliação do Cemitério." **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE OLEIROS – PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – ALTERAÇÃO** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: "Por deliberação de 7 de Abril de 2011, a Câmara Municipal de Guimarães decidiu apoiar a execução de obras nas freguesias, delegando a sua execução nas respectivas Juntas de Freguesias, mediante a celebração de protocolos de delegação de competência e de atribuição de subsídio, cabendo a cada Junta de Freguesia a iniciativa e escolha da obra a realizar no ano de 2011. A Junta de Freguesia de Oleiros solicitou que a verba de €8.336,57 se destinasse à execução da obra de pavimentação da rua do Muro e beneficiação do Parque de Lazer/Praia Fluvial, tendo sido celebrado, em 12 de Abril de 2011, o respectivo Protocolo de Delegação de Competências. Contudo, verificando-se que ainda não foi executada pela Empresa Intermunicipal VIMÁGUA a rede de água e saneamento na referida rua, solicita a Junta de Freguesia de Oleiros uma alteração ao objecto do





Protocolo de Delegação de Competências acima mencionado. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a aprovação do primeiro aditamento ao Protocolo de Delegação de Competências assinado no dia 12 de Abril último, cuja Cláusula 1.ª passará a ter a seguinte redacção: "O presente Protocolo tem por objecto a delegação de competências na Junta de Freguesia de Oleiros para a execução da obra de pavimentação da Rua de S. Romão de beneficiação do Parque de Lazer/Praia Fluvial".

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE CALDELAS – AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO** – Presente a seguinte proposta do

Vereador Domingos Bragança: "A Junta de Freguesia de Caldelas tem em curso a ampliação do Cemitério da Vila das Caldas das Taipas, obra que tem vindo a ser apoiada pela Câmara Municipal, de acordo com deliberações de 14 de Junho de 2007, 29 de Maio de 2008, 23 de Abril de 2009 e 7 de Abril de 2011. O valor total da obra já executada, e a executar, foi estimado pelo Departamento de Obras Municipais em €153.512,63 (cento e cinquenta e três mil quinhentos e doze euros e sessenta e três cêntimos), tendo sido concedidos, através das deliberações citadas, apoios no valor de €124.904,19. Considerando a importância para a Vila das Caldas das Taipas do investimento e as dificuldades da autarquia daquela freguesia em suportar os encargos daí decorrentes, proponho que a Câmara Municipal reforce a verba atribuída por deliberação de 7 de Abril de 2011, com o valor de €28.608,00 (vinte e oito mil seiscentos e oito euros), a fim de completar o custo total da obra, a pagar mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de

Janeiro.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----  
**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE GONDAR – PAVIMENTAÇÃO DE PARTE DA E.M. 1590** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia de Gondar solicitou à Câmara Municipal a pavimentação de um troço da EM 1590, denominada Rua Principal, no centro daquela localidade, e que é o principal acesso dos seus residentes à escola e à Igreja. Considerando o estado da referida Via e a efectiva necessidade da sua pavimentação, proponho que a Câmara Municipal delegue na Junta de Freguesia de Gondar a execução da referida obra, pelo valor de €10.000,00 (dez mil euros), a pagar mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO – AQUISIÇÃO AMIGÁVEL DE TERRENO PARA PERMITIR A CONSTRUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR DE MOREIRA DE CÓNEGOS – PROCº 40/05/2009** – Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Câmara Municipal de Guimarães aprovou o projecto de construção do denominado Centro Escolar de Moreira de Cónegos, tendo-se procedido à identificação dos proprietários e à avaliação das parcelas de terreno, por um perito da lista oficial. De acordo com o relatório elaborado por perito da lista oficial, foi notificada a empresa Imosky – Sociedade Imobiliária, Lda., para a tentativa de aquisição amigável do prédio de que é proprietária, com a área total de 4.104m<sup>2</sup>. A resposta daquela empresa foi positiva, pelo que deverá ser superiormente decidido adquirir à Imosky – Sociedade Imobiliária, Lda., um terreno com a área de 4.104m<sup>2</sup>, situado no Lugar do Bacelo, freguesia de Moreira de Cónegos, descrito na competente Conservatória do Registo Predial de



Guimarães sob o nº. 891/Moreira de Cónegos e inscrito na respectiva matriz rústica sob o artigo 358º, pelo valor de €96.041,76 (noventa e seis mil e quarenta e um euro e setenta e seis cêntimos), nos termos do artigo 11º do Código das Expropriações, para construção do Centro Escolar de Moreira de Cónegos. À consideração superior.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 11 e na unidade económica 07.01.01. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**REGULAMENTOS – REGULAMENTO DOS ESPAÇOS INTERNET DA PRAÇA DE SANTIAGO E DO CENTRO CULTURAL VILA FLOR EM GUIMARÃES** – Presente, para ulterior aprovação pela Assembleia Municipal, uma proposta de Regulamento para os Espaços Internet de Guimarães, que se dá aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS – RENOVAÇÃO DOS PROTOCOLOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE EQUIPAS DE INTERVENÇÃO PERMANENTE (EIP) NOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE GUIMARÃES E TAIPAS** – Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Ambiente: “Com o objectivo de elevar o nível de prontidão e resposta em situações de socorro e emergência às populações, a Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Liga dos Bombeiros Portugueses (LBP), protocolaram a criação de 60 EIP’s em 2007, 70 EIP’s em 2008, 70 EIP’s em 2009, perfazendo 200 equipas. A implementação e o funcionamento das mesmas passa, pois, pela congregação de esforços entre a Autoridade Nacional de Protecção Civil, as Câmaras Municipais e as Associações Humanitárias de Bombeiros. A assumpção das despesas para funcionamento das Equipas de Intervenção

Permanente são suportadas em partes iguais pela Autoridade Nacional de Protecção Civil e pela Câmara Municipal respectiva. Em sua reunião realizada em 20 de Dezembro de 2007, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou celebrar com a Autoridade Nacional de Protecção Civil e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães (AHBVG) um Protocolo destinado a regular as condições de contratação e manutenção, pela referida Associação, de elementos que integrariam as equipas de Intervenção Permanente, no valor de €48.732,00 + seguros, sendo que 50% (€24.366,00 + seguros) seriam responsabilidade da Câmara Municipal e os restantes 50% da responsabilidade da ANPC. Contudo, a comparticipação do Município já se encontrava assegurada e atribuída pela deliberação de 25 de Janeiro de 2007, através de um subsídio complementar de €90.000,00 anuais, para assegurar as despesas de manutenção de grupos permanentes de socorro e emergência. O respectivo protocolo foi celebrado a 02 de Janeiro de 2008, pelo que findaria na mesma data do corrente ano. O Despacho n.º 15619/2008, de 5 de Junho explicitava, designadamente, a possibilidade de nos municípios pertencentes aos Distritos de Braga, Coimbra, Guarda, Viana do Castelo e Viseu, em que exista mais do que um corpo de bombeiros (CB), ser constituída uma EIP em cada um dos CB existentes. Assim e de forma a elevar o nível de prontidão e resposta em situações de socorro e emergência às populações da área de intervenção dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas, a Câmara Municipal de Guimarães deliberou, em sua reunião realizada em 24 de Julho de 2008, apoiar e comparticipar financeiramente a criação de uma Equipa de Intervenção Permanente na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Caldas das Taipas (AHBVCT) através do estabelecimento de um protocolo de cooperação com a AHBVCT e



a Autoridade Nacional de Protecção Civil, com o montante de €48.732,00 + seguros, sendo que 50% (€24.366,00 + seguros) seriam responsabilidade da Câmara Municipal (através da proposta de Cabimento n.º 6529) e os restantes 50% da responsabilidade da ANPC. O respectivo protocolo foi celebrado a 29 de Agosto de 2008, pelo que findaria na mesma data do corrente ano. Os Protocolos acima referidos entraram em vigor na data da sua assinatura, e destinavam-se a vigorar por um período de 1 (um) ano, renovável até ao limite de 3 (três). A 6 de Janeiro de 2011, a Autoridade Nacional, através de ofício, veio informar que “tendo em consideração os objectivos de constituição das EIP e os resultados globalmente atingidos, a ANPC, a fim de dar continuidade à actividade prestada pelas equipas em funcionamento, mantém-se disponível para comparticipar nos moldes até agora estabelecidos”. Neste sentido, e dada a necessidade urgente na celebração de novos protocolos referentes às EIP’s de Guimarães e Taipas, foram tomadas as diligências necessárias para que esta continuasse a funcionar nos mesmos moldes, ou seja, a EIP de Guimarães através de comparticipação financeira, no valor de €24.366,00 + seguros, assegurada pela deliberação de 25 de Janeiro de 2007 e a EIP das Taipas, no mesmo valor, conforme consta dos protocolos, que foram celebrados em 3 de Janeiro de 2011 os Protocolos com a ANPC, AHBVG e AHBVCT, que devem ser submetidos à reunião de câmara para ratificação.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 05 e na unidade económica 04.07.01. Os referidos Protocolos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----  
**PROTÓCOLOS – “FEIRA AFONSINA” – 1ª E 2ª EDIÇÕES –**

**SETEMBRO 2011 E 2012 – PROJECTO NO ÂMBITO DA  
“CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2012” – CELEBRAÇÃO DE  
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A COOPERATIVA “A**

**OFICINA”** – Presente a seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: “**1 - Enquadramento: “Feira Afonsina”** – Observando

o conceito de feira temática, pretende-se fazer uso da recriação histórica como forma de cativar e envolver o público no passado, nas tradições e na cultura vimaranense. Uma fórmula que encontra o devido acolhimento no imaginário popular, sobejamente experimentada em certames análogos e com resultados de crescente afluência e participação. A “Feira Afonsina” destaca-se e diferencia-se pela motivação, pretendendo proporcionar ao visitante um contacto real com a história da cidade berço, através da recriação de momentos e cenários próximos dos reais, através de uma aturada investigação dos usos, costumes e episódios. **2 - Ideia geral do evento:**

Pretende-se, numa primeira edição, em 2011, implementar o conceito proposto, recriando o ambiente social e económico da época do Condado Portucalense no centro histórico de Guimarães, e trazendo para junto do público momentos de teatralização que lhe permita o contacto com as personagens que estão na génese da futura família real portuguesa: D. Henrique de Borgonha, sua mulher, D.<sup>a</sup> Teresa, e filho, Afonso Henriques. Em 2012, ano de consolidação e expansão do evento, pretende-se retratar a fundação do reino de Portugal, apresentando D. Afonso Henriques já como rei, e recriando o ambiente militar de preparação para os movimentos de conquista que se seguiriam nas décadas subsequentes. Nesta fase o Castelo de Guimarães deverá assumir o seu natural protagonismo enquanto cenário preferencial. A cidade de Guimarães encontra o seu verdadeiro carisma no facto



de ser o coração da nacionalidade, a “cidade berço”, como é conhecida em todo o país. Assim sendo, a vida e obra do Conde D. Henrique de Borgonha, bem como de seu filho, D. Afonso Henriques, marcam de forma indelével esse imaginário popular que procura uma identificação simplificada com a cidade que visita. A medievalidade, aqui reportada à fundação da dinastia afonsina, poderá, assim, potenciar um espaço de grande afinidade com o público, que esperará um reencontro com o seu próprio imaginário. No centro histórico de Guimarães, património mundial da humanidade, desenvolver-se-á um projecto de animação de rua, que visa recriar o *modus vivendi* do burgo de Guimarães no século XI: o quotidiano económico-social e cultural local; os usos e costumes, as tradições e a história de Guimarães. Partindo do enquadramento da arquitectura monumental do espaço de intervenção, pretende-se através dos elementos cenográficos a criar, recriar a antiga vila medieval. A aposta no conceito tipo *dressing de city*, e na criação de um grande ambiente de festa e de envolvimento da população/comerciantes residentes no espaço de intervenção, serão o factor essencial de sucesso deste evento. Associado a estes aspectos, pretende-se a identificação e criação de conteúdos artísticos diferenciadores e que valorizem a história, os usos e costumes, o artesanato e a gastronomia local. O conceito da realização de Feira Franca e de trocas comerciais, através do incentivo a acções com as associações e grupos de teatro locais são exemplos de elementos fortes a desenvolver. A par deste projecto de animação de rua, pretende-se realizar uma “Mostra de Doces e Licores Conventuais” nos claustros da Câmara Municipal de Guimarães. Esta mostra de doces e licores conventuais pretende trazer de novo ao claustro, outrora habitado pelas freiras clarissas de clausura, os doces em que elas eram

exímias executantes: o Toucinho do Céu e as Tortas de Guimarães. Serão, igualmente, convidados a estar presentes nesta Mostra doces e licores de origem conventual oriundos de todo o país. O envolvimento das associações e instituições do concelho, bem como dos comerciantes locais, assume-se como essencial para o sucesso do evento. Neste sentido, propõe-se a realização de acções de formação para participação na animação geral (formação militar; jogos infantis) e ao nível da participação nos momentos de recriação histórica, juntamente com as estruturas de criação locais. A elaboração de ementas adequadas à época e a sua disponibilização aos residentes e comerciantes do centro histórico poderá contribuir para um melhor conhecimento da gastronomia de então; o incentivo à decoração/ambientação destes espaços, associado à presença de um número significativo de artesãos e artífices alusivos ao período a retratar; a identificação e selecção de postos de venda de produtos de elevada qualidade e a disponibilização de um grande guarda-roupa são factores essenciais a levar em consideração. Considerando a tipologia e os diferentes usos diários do espaço de intervenção, propõe-se a criação de ambientes diferentes durante as fases diárias do projecto, de forma a não descaracterizar o *modus vivendi* actual dos referidos espaços e conseguir um elevado grau de envolvimento local. Neste sentido, propõe-se criar um ambiente diurno, com uma vertente pedagógica assumida, através de bancadas interactivas e stands de formação, momentos infanto-juvenil, entre outros. Nestas bancadas o visitante poderá aprender e fazer pão, fazer a sua pulseira de couro ou até aprender a fiar o linho. Propõe-se também a inserção de bancadas destinadas aos mais jovens, onde estes possam criar a sua espada e/ou adereços diversos. Num ambiente nocturno, pretende-se a





apresentação da grande parte dos momentos de recriação histórica, na animação de rua e ambientes susceptíveis de envolver os comerciantes locais. 3 – Organização: O evento “Feira Afonsina” será organizado pela Câmara Municipal de Guimarães, em parceria com a Cooperativa A Oficina, no âmbito do projecto “Capital Europeia da Cultura 2012”. 4- Orçamento: O financiamento que compete à Câmara de Guimarães no ano 2011 é de €64.300,00, estando este valor previsto em orçamento. A Cooperativa Oficina comparticipará o evento com o montante global de €70.000,00 para os dois anos de implementação do projecto, competindo-lhe coordenar, em parceria com o Município, todas as acções tendentes à boa execução do evento; a produção da ambientação do espaço público, incluindo colocação; o apoio à ambientação e participação dos espaços comerciais aderentes; o pagamento de despesas de alojamento e refeições aos elementos da animação; a aquisição de outros bens necessários para o evento. 5 - Protocolo de colaboração – Tendo em vista definir as formas de cooperação entre a Câmara e a Cooperativa Oficina para a realização deste evento propõe-se a celebração do Protocolo cuja minuta se junta em anexo, que deverá ser submetido a aprovação da Câmara Municipal. À consideração superior.” A minuta do Protocolo de Colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. A Vereadora Francisca Abreu não participou na discussão e na votação da proposta.** -----

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – CONTRATAÇÃO DE ANIMAÇÃO PARA A FEIRA AFONSINA 2011** – Presente a seguinte informação da Divisão de Relações Públicas e Turismo: “1. Objecto: PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS – CONTRATAÇÃO DE ANIMAÇÃO PARA A FEIRA AFONSINA 2011 – 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requerem conhecimentos e formação especializados e experiência em actividades de animação para eventos históricos; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de contratos de prestação de serviços com as entidades abaixo indicadas, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a prestação de serviços de animação para a Feira Afonsina. b) A despesa total estima-se em €25.207,79, repartida pelas empresas e valores a seguir identificados. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 09/020225, correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo no regime simplificado, de acordo com os art.ºs 128 e 129.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos. Pretendem-se contratar os seguintes grupos de animação: - Curinga, no valor de €2.122,64+IVA 6%; - Strella do Dia, no valor de €3.600,00 (Isento de IVA); - S.A. Marionetas, no valor de €4.093,20+IVA 6%; - Umbigo – no valor de €1.619,00 (Isento de IVA); - Mendigo Basilius – no valor de €750,00 (Isento de IVA); - Espada Lusitana – €4.500,00, (Isento de IVA); -



Ten\_tart – no valor de €3.300,00 - recibos verdes individuais (Isento de IVA); - Art Falco: €1.250,00, (Isento de IVA); - Associação Companhia Livre – no valor de €3.300,00 (Isento de IVA); - Forja Viajante – no valor de €300,00 (isento de IVA). Atendendo à especificidade da temática e época – época de D. Afonso Henriques, são estas as empresas que melhor correspondem à qualidade exigida para este Evento.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EMPREITADA: “FORMAÇÃO PÓS GRADUADA/DÓMUS CIVIL”** – Presente a seguinte

informação da Chefe da Divisão de Empreitadas: “1. Objecto: Prorrogação da prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde, contratada à empresa Tabique Engenharia, Lda., para a empreitada referida em epígrafe, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei nº 273/2003, por motivos de prorrogação do prazo para a execução da obra, aprovado em reunião de câmara do passado dia 14 de Julho. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requerem conhecimentos, formação especializados e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada; De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao actual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil; Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º,

do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a prorrogação do contrato da prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a empreitada referida em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é prorrogação do prazo da prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra, da empreitada supracitada, cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referidas no artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. Esta prorrogação será de 4 meses, considerando o tempo estimado da prorrogação do prazo para a execução da obra e a conclusão da sua compilação técnica. b) A despesa total será de €1.789,50 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.1.3.0404 do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato será através de ajuste directo simplificado, de acordo com o artigo 128.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos com convite à actual empresa prestadora destes serviços nesta obra, a Tabique Engenharia, Lda., de forma a dar continuidade à sua actividade. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, considerando que o valor mensal da prestação de serviços no anterior contrato era de 450,00€ e que o valor relativo aos 4 Meses desta prorrogação seria de €1.800,00.” Esta despesa está cabimentada



na unidade orgânica 03 e na unidade económica 07.01.03.07.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – RENOVAÇÃO DO CONTRATO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRECTIVA DE ELEVADORES PARA A EB1 DE OLIVEIRA DO CASTELO** – Presente a seguinte informação da

Chefe da Divisão de Empreitadas: “1. Objecto: O objecto do contrato de prestação de serviços é a manutenção preventiva e correctiva de elevadores com substituição ou reparação de componentes quando se justifique para os elevadores da EB 1 de Oliveira do Castelo, em Guimarães. 2. Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requererem conhecimentos e formação especializados e experiência em serviços de manutenção preventiva e correctiva de elevadores, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28 de Dezembro. De acordo com o n.º 1 do art.º 4 deste diploma legal o proprietário de uma instalação em serviço (elevador) é obrigado a celebrar um contrato de manutenção com uma Empresa de Manutenção de Ascensores (EMA) e, segundo o n.º 1 do art.º 6.º, só podem exercer a actividade de manutenção as entidades inscritas na Direcção-Geral da Energia, em registo próprio. Não pode, assim, na autarquia recorrer a nenhum trabalhador do quadro para fazer este serviço, tendo, obrigatoriamente que contratar o serviço a uma EMA. Trata-se, pois, de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. Que este serviço foi assegurado no período de 01 de Maio de 2010 a 30 de Abril de 2011 pela empresa Orona Portugal - Sociedade Unipessoal, Lda., e que agora se pretende renovar por mais um ano, com possibilidade de nova renovação

nos termos da lei, e com efeitos desde o passado dia 1 de Maio de 2011. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração (ou renovação) do contrato de prestação de serviços, considerando os seguintes elementos: a) O objecto do contrato é a renovação da prestação de serviços de manutenção preventiva e correctiva de elevadores com substituição ou reparação de componentes quando se justifique. b) A despesa anual estima-se em €1.080,00, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo em consideração o valor pago no ano passado, mas que poderá sofrer alteração mediante proposta a apresentar pelo prestador do serviço. c) A despesa tem cabimento orçamental no 2.1.1.2.70 correspondente ao ano de 2011. d) O procedimento de formação do contrato deve ser mediante ajuste directo, no regime simplificado previsto no art.º 128.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos, com convite à empresa Orona Portugal – Sociedade Unipessoal, Lda., pelas razões supra expostas. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respectivo cônjuge, algum parente ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que não será aplicada a redução remuneratória prevista no art. 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, uma vez que os valores anuais em causa não atingem o limite mínimo para aplicação da redução (€1.500,00).” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.19. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----



**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO – DESENVOLVIMENTO DE UM PLUGIN GISA PARA ESTRUTURAÇÃO DO CAMPO INFORMACIONAL DOS PROCESSOS DE OBRAS NO ARQUIVO ALFREDO PIMENTA –**

Presente a seguinte informação do Chefe da Divisão de Sistemas de Informação: “1. Objecto: Prestação de serviços de desenvolvimento de um plugin, para estruturação do campo informacional dos processos de obras particulares, no Arquivo Alfredo Pimenta. 2. Considerando que: - A presente prestação de serviço se destina a assegurar o desenvolvimento de uma alteração ao software de arquivo “GISA”, prevista no Plano de Actividades do corrente ano e aprovada numa candidatura Feder; - A execução das tarefas associadas a estes serviços requer a disponibilização de técnicos habilitados, do fabricante do software GISA, não sendo viável o desenvolvimento por nenhum outro técnico ou fabricante; - Os serviços municipais não dispõem de recursos, quer humanos, quer técnicos, para a prestação deste serviço; - Se trata da realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de um contrato de prestação de serviços, para o desenvolvimento de uma alteração ao software de arquivo “GISA”, pela empresa detentora da propriedade do licenciamento, considerando os seguintes elementos: a) A despesa para o ano 2011 estima-se em €2.120,00 (dois mil euros), acrescida de IVA à taxa legal em vigor. b) A despesa encontra-se cabimentada na rubrica 1.1.1.06, referente à Modernização Administrativa, conforme declaração de

cabimento em anexo. c) O procedimento de formação do contrato será mediante ajuste directo simplificado, a adjudicar á empresa PARADIGMAX, em conformidade com o previsto na alínea a) do nº 1 do art. 20º, do Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro – Código dos Contratos Públicos. d) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como dos respectivo conjugue, algum parente, ou afim em linha recta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com que viva em economia comum. e) A este contrato aplica-se a redução remuneratória, prevista no art. 19º da Lei do Orçamento Geral do Estado de 2011.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 14 e na unidade económica 07.01.08. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES, PELO PRAZO DE 36 MESES –**

Presente a seguinte informação da Chefe da Divisão de Serviços Urbanos: “Por deliberação da Câmara Municipal tomada em sua reunião de 20 de Maio de 2010, foi adjudicada à empresa “GRUPO 8 – Vigilância e Prevenção Electrónica, Lda., pelo preço de €1.525.982,00 + IVA, a prestação de serviços de segurança e vigilância nas instalações e equipamentos do Município de Guimarães, na sequência do concurso público nº 6/09. Nesta conformidade, desde 1 de Julho de 2010, a empresa GRUPO 8 passou a realizar este serviço pelo período de 36 meses, prazo que termina em 30 de Junho de 2013. Assim, e considerando que: - Com a integração na RESINORTE da gestão do Ecocentro, para onde estava contratado um serviço de 24/horas com um vigilante, este serviço deixou de ser necessário. - Entretanto, verificou-se, também, uma alteração dos locais de trabalho na Central de





Camionagem, havendo necessidade de aumentar o serviço de vigilância e segurança desta Portaria para 24 horas – com um vigilante. - Por outro lado, a abertura do novo recinto da Feira Retalhista implica a necessidade de assegurar o controle de acessos com dois vigilantes. - Existe um contrato válido até 31 Junho de 2013 com o GRUPO 8 para a prestação destes serviços. Com vista à redução de custos propõe-se que se proceda a uma modificação do contrato celebrado com a GRUPO 8, conforme previsto nos artigos 311º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, nos seguintes termos: 1 - A supressão dos serviços previstos no contrato relativos à portaria do Ecocentro/Canil Municipal, para a qual se previa um serviço de 24 horas, através de um vigilante, com um custo mensal de €5.288,00/mês, uma vez que o Município deixou de ter necessidade deste serviço. 2 - A alteração do serviço da Estação Central de Camionagem, mediante um reforço de 11 horas/dia no período das 20.00h às 07.00h, através de um vigilante, para um serviço de 24 horas. O custo mensal no contrato anterior era de €2.618,38, e será, agora de €5.288,00. 3 - Aditar ao contrato o serviço de vigilância do novo recinto da Feira Retalhista, através da colocação de dois vigilantes, uma vez por semana das 05.00h às 20.00h de Outubro a Maio, com um custo mensal de €1.154,00, e das 05.00h às 21.00h de Junho a Setembro, com um custo mensal de €1.231,00. Com esta alteração contratual a Câmara Municipal reduzirá os custos mensais em cerca de €1.400,00. Mais se informa que foi contactada a empresa, tendo esta comunicado que nada tem a opor quanto à alteração do contrato. À consideração superior.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA 6 POSTOS  
DE TRABALHO PARA ASSISTENTE OPERACIONAL**

**(CANTONEIRO DE LIMPEZA)** – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas nos termos da informação prestada pela Chefe da Divisão de Serviços Urbanos, que mereceu a concordância do Senhor Vereador Amadeu Portilha, propõe-se a abertura de procedimento concursal para contratação por tempo determinado, na modalidade de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, dos postos de trabalho acima referidos. Os postos de trabalho indicados na citada informação estão previstos no mapa de pessoal, conforme alteração aprovada pela Assembleia Municipal em 1 de Julho de 2011, como necessidade temporária. Assim sendo, a probabilidade de existirem candidatos com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, interessados em perder o vínculo que possuem para ocupar o referido posto de trabalho é praticamente nula, ao que acresce a necessidade de se encontrar na situação prevista no nº 10 do art. 24º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro. Tendo em conta os princípios de racionalização, eficiência e economia de custos que devem presidir à actividade municipal, proponho que seja utilizado o recrutamento excepcional previsto no n.º 2 do art. 10.º da Lei n.º 12-A/2010, sem prejuízo de serem observadas as injunções decorrentes do disposto nos nºs 3, 5, 6 e 7 do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro, bem como do cumprimento do preceituado no art. 54º da mesma Lei. Atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro em conjugação com o n.º 2 do artigo 6º da Lei n.º 12-A/2008 de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Mais se informa que existe verba orçamental disponível.” **DELIBERADO**



**APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICO (INFORMÁTICA) –**

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas na informação prestada pela Directora do Departamento de Recursos Humanos, que mereceu a minha concordância, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de um posto de trabalho da carreira e categoria de assistente técnico, para apoio aos utilizadores na resolução de problemas de “Office”, “Internet” ou nas aplicações utilizadas. O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal, na sequência de alteração pela Assembleia Municipal em sua reunião de 1/07/2011, como necessidade permanente. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e LOE/2011; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro em conjugação com o nº 2 do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008, de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Mais se propõe, atenta a invocada necessidade do serviço, que, caso não seja possível a ocupação do posto através deste procedimento concursal, nem por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, seja autorizado o recrutamento excepcional previsto no nº 2 do artigo 10.º da Lei nº 12-A/2010, ou seja, a abertura de procedimento a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego

público por tempo indeterminado previamente constituída.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (HORTA PEDAGÓGICA)** –

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “No âmbito das necessidades reportadas na informação prestada pelo Chefe da Divisão de Ambiente, que mereceu a concordância do Sr. Vereador Amadeu Portilha, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior, vocacionado para a gestão e acompanhamento das acções relativas à Horta Pedagógica. O posto de trabalho indicado na citada informação está previsto no mapa de pessoal, na sequência de alteração pela Assembleia Municipal em sua reunião de 1/07/2011, como necessidade permanente. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e LOE/2011; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro em conjugação com o nº 2 do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008, de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município. Mais se propõe, atenta a invocada necessidade do serviço, que, caso não seja possível a ocupação do posto através deste procedimento concursal, nem por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, seja autorizado o recrutamento excepcional previsto no n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, ou seja, a abertura de procedimento a candidatos que não



possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída.” **DELIBERADO**

**APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PESSOAL – PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE TÉCNICO SUPERIOR (SERVIÇO SOCIAL) –**

Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo:

“No âmbito das necessidades reportadas nos termos da informação prestada pela Chefe da Divisão de Acção Social, de 20 de Julho de 2011, que mereceu a concordância do Sr. Presidente, propõe-se a abertura do procedimento concursal para contratação por tempo indeterminado de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior (Serviço Social). O posto de trabalho indicado na citada informação estava previsto no mapa de pessoal aprovado pela Assembleia Municipal em 21 de Dezembro de 2009, como necessidade permanente. Foi deliberado pela Câmara Municipal em sua reunião de 21 de Outubro de 2010 o recrutamento para contratação por tempo indeterminado de 1 posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior (Serviço Social), cujo procedimento concursal foi publicado em Diário da República, 2ª série nº 32 de 15 de Fevereiro de 2011, respeitando na íntegra o disposto no art. 9º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho, tendo o mesmo ficado deserto por não haver candidatos que satisfizessem os requisitos exigidos. Não foi registado no Departamento de Recursos Humanos desta Câmara Municipal qualquer pedido de mobilidade para esta carreira e categoria. Ora, considerando que o procedimento concursal referido, aberto recentemente, ficou deserto, resulta demonstrada a impossibilidade de recrutamento de trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado. Por outro lado, não se encontra constituída reserva de recrutamento

neste município. Proponho, assim, o recrutamento excepcional, nos termos do disposto nº 2 do art. 10º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho. Dado que existe verba orçamental disponível, proponho a abertura do solicitado procedimento concursal, dando cumprimento ao disposto na Lei nº 12-A/2010, de 30 de Junho e LOE/2011; Mais se informa que, atendendo ao disposto no artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro em conjugação com o nº 2 do artigo 6º da Lei nº 12-A/2008, de 11 de Setembro, a decisão de promoção de recrutamento para ocupação de postos trabalho, previstos no mapa de pessoal, carece de aprovação do órgão executivo do Município.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA LAPINHA – APOIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES À INCLUSÃO DA RONDA DA LAPINHA NA LISTA DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DE PORTUGAL**

– Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: “A Irmandade de Nossa Senhora da Lapinha, através de ofício de 2011-07-05, vem informar a Câmara Municipal de Guimarães da decisão desta entidade religiosa “preparar a candidatura para a inscrição da Senhora-à-Vila ou Ronda da Lapinha como Património Cultural Imaterial” de Portugal, apresentando as razões que suportam tal decisão. Em simultâneo requer que a Câmara Municipal de Guimarães apresente “uma proposta junto da Assembleia Municipal de Guimarães no sentido de a Senhora-à-Vila ou Ronda da Lapinha ser classificada como Património Cultural Imaterial de Interesse Municipal”. O Decreto-Lei nº 139/2009, de 15 de Junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial, determina, nos Artigos 5º e 6º, como base fundamental de salvaguarda, a inventariação, de iniciativa do Estado, das



autarquias locais ou de qualquer comunidade. Por seu turno, o Artigo 8º identifica o organismo responsável pela inventariação – o Instituto dos Museus e da Conservação, IP – e os elementos necessários para o efeito. No reconhecimento da importância do património cultural imaterial para a definição e fortalecimento da identidade de uma comunidade e de um povo e para a salvaguarda e enriquecimento da memória colectiva, enquanto espaço de diálogo e encontro, de conhecimento e partilha de vivências e tradições, Guimarães tem sabido preservar e valorizar as suas marcas identitárias. Do bordado de Guimarães às Festas Nicolinas, da Doçaria Conventual à Festa das Cruzes, da Cantarinha dos Namorados à Festa de Santa Luzia, da Feira dos 27, em S. Torcato, à Festa da Cidade e Gualterianas, das Danças e Cantares ao trabalho do linho, Guimarães possui uma riqueza de tradições e manifestações culturais que tem sabido honrar, manter e transmitir, num processo de compromisso e parceria entre entidades públicas e privadas, entre comunidades e cidadãos. A dimensão, impacto e pujança das diferentes manifestações do nosso património imaterial, a par do interesse que suscitam, bem patente e visível nas publicações e estudos recentes, na recente certificação do Bordado de Guimarães, dão-nos prova da riqueza que esse património encerra e do alto valor que representa para Guimarães, para os Vimaraneses e as suas instituições. Atenta à significativa importância do património, a Câmara de Guimarães tem sabido incentivar, promover e apoiar acções e medidas com vista à preservação e valorização do património, material e imaterial, de que a inclusão do Centro Histórico de Guimarães na lista da UNESCO de Cidades Património Cultural da Humanidade e a elevação do Bordado de Guimarães a Marca Nacional são exemplos de reconhecimento internacional e nacional. A

publicação do acima mencionado Decreto-Lei vem dar um novo impulso à valorização do nosso património imaterial, ao estabelecer os princípios e critérios de inventariação, ao reconhecer às autarquias locais um papel importante na "promoção e apoio para o conhecimento, defesa e valorização das manifestações do património cultural imaterial mais representativas das respectivas comunidades" e ao possibilitar "uma desejável uniformização de procedimentos e o respeito pelas boas práticas em contexto de identificação, recolha, estudo e documentação das múltiplas manifestações do património cultural imaterial". Reconhecendo a importância da inventariação como medida de salvaguarda e valorização do nosso património, na sequência do estatuído no supra referido Decreto Lei, a Câmara de Guimarães constituiu uma comissão ad-hoc que procedeu ao levantamento das manifestações culturais, das principais publicações sobre o património cultural imaterial, dos museus não pertencentes à Rede Portuguesa de Museus e às associações com actuação no âmbito do património cultural imaterial, que foi remetido ao Instituto dos Museus e da Conservação, através de aplicação informática criada para o efeito. Pelas razões acima expressas a lista remetida com as principais manifestações do Património Cultural Imaterial do Município de Guimarães, entre outras, integra a Ronda Lapinha. Deste modo, proponho a aprovação da declaração anexa, visando formalizar o apoio desta Câmara à inclusão da Senhora-à-Vila ou Ronda da Lapinha na lista de Património Cultural Imaterial nacional. Mais proponho que esta declaração seja igualmente enviada à Assembleia Municipal de Guimarães para eventual adopção, após o que seria incluída no dossiê actualmente em preparação pela Irmandade da Lapinha para envio ao Instituto dos Museus e da Conservação." A referida





declaração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "O PSD tem plena consciência de que o concelho de Guimarães está recheado de singulares manifestações incorpóreas nas áreas das tradições e expressões orais, artes do espectáculo, práticas sociais, rituais e eventos festivos, conhecimentos e práticas relacionados com a natureza e o universo, aptidões ligadas ao artesanato tradicional, e outras, que carecem de ser conhecidas, classificadas e salvaguardadas, por várias ordens de razões: Em primeiro lugar porque o património é uma das componentes fundamentais da cultura e o seu conceito hoje em dia afirma-se num sentido mais amplo, de modo a incluir não só o monumento ou o objecto físico, mas também estas expressões incorpóreas. Em segundo lugar, porque esta é uma forma indelével de afirmar a identidade cultural de Guimarães e de reagir contra as tendências de homogeneização cultural, pois à medida que o mundo ocidental acentua a uniformização do seu modo de vida, começa a ganhar maior expressão a procura do verdadeiro, do puro, do genuíno. Em terceiro lugar, porque o chamado património intangível constitui uma valência cada vez mais importante no contexto do turismo cultural, uma vez que no panorama mundial se começa a afirmar uma procura crescente por estas peculiares expressões da cultura local por parte de um público possuidor de uma certa sabedoria e sensibilidade e que busca um turismo mais aprazível, distintivo e moderno. Sendo assim, o PSD não pode deixar de manifestar o seu aplauso à proposta de ver formalizado o apoio desta Câmara à inclusão da Senhora-à-Vila ou Ronda da Lapinha na lista de Património Cultural Imaterial Nacional. Todavia, não se poderá

deixar passar este momento sem questionar qual é o procedimento que a Câmara pretende adoptar em relação à inventariação do demais património imaterial do concelho. E aliás, qual o procedimento, que se espera uniforme, que adopta para situações desta natureza, pois que em duas recentes solicitações, numa, a das Festas Nicolinas, a Câmara assumiu uma postura, trazendo a reunião de Câmara uma proposta 6 anos depois da mesma ter sido aprovada, sob a forma de moção, por unanimidade em Assembleia Municipal, noutra, a da Ronda da Lapinha, a Câmara assume postura diversa, apresentando por sua iniciativa em reunião de Câmara esta proposta, antes de decorrido um mês da sua apresentação nos serviços municipais correspondentes. É que, mesmo dando como positivas as diligências que nesta proposta a Câmara diz ter efectuado em ordem à salvaguarda do património imaterial concelhio, sempre se terá de dizer que, contrariamente ao que ali se pretende fazer crer, o simples levantamento feito por uma comissão *ad-hoc* e a consequente remessa do mesmo ao Instituto dos Museus e da Conservação não é suficiente para alcançar a protecção que o nosso património merece e que a lei confere. O regime jurídico de salvaguarda do património imaterial consagrado no D.L. nº 139/2009, de 15 de Junho, prevê a instauração de um processo autónomo em relação a cada manifestação ou expressão imaterial, por iniciativa de uma das entidades referidas no artigo 5º, instruído de acordo com a regulamentação constante da Portaria nº 196/2010, de 9 de Abril, e que terminará com uma decisão da Comissão a que alude o artigo 21º do referido Decreto-Lei. Pelo que é dado perceber, a inventariação da Senhora-à-Vila ou Ronda da Lapinha é da iniciativa de uma instituição canónica, a quem irá caber a responsabilidade de patrocínio de todas as fases do



processo. Pelo que nos interessará saber se a Câmara Municipal disposta a tomar ela própria a iniciativa de proceder à inventariação do restante património cultural imaterial do concelho, e, em caso de ser afirmativa a resposta, quais as manifestações ou expressões que a Câmara quer ver inventariadas." -----

**EDUCAÇÃO – RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE CÂMARA DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010 – ATRIBUIÇÃO DE VERBAS PARA ENCARGOS COM VIGILANTES EM TRANSPORTE ESCOLAR – ANO CIVIL DE 2011** – Presente a seguinte

informação dos Serviços de Educação: "Tendo sido deliberado em reunião de Câmara de 16 de Dezembro de 2010 aprovar, para o ano civil de 2011, a atribuição de verbas a várias entidades para a colocação de vigilantes para acompanhamento das crianças no transporte escolar, torna-se necessário, a partir de Setembro, proceder às seguintes rectificações: alteração do valor das verbas atribuídas ao Agrupamento de Escolas de Pevidém de €800,00 e €400,00 para €600,00 e €200,00, respectivamente, uma vez que haverá diminuição do número de alunos nas EB1's de Pevidém e Portelinha/Serzedelo; aumento do valor da verba atribuída ao Agrupamento de Escolas de Pevidém de €200,00 para €400,00, devido ao acréscimo do número de alunos da EB1 Paraíso/Selho S. Jorge; aumento do valor da verba atribuída à Junta de Freguesia de Moreira de Cónegos de €200,00 para €400,00, devido ao acréscimo do número de alunos das EB1's Igreja e Ancide/Moreira de Cónegos; atribuição de uma verba mensal no valor de €400,00 à Junta de Freguesia de Arosa, devido ao encerramento da EB1/JI Monte/Arosa e integração dos alunos na EB1 de Taíde; atribuição de uma verba mensal no valor de €200,00 à Junta de Freguesia de Ponte, uma vez que, no próximo ano lectivo, os alunos da EB1

Campelos/Ponte serão integrados no Centro Escolar de Ponte. Neste sentido, propõe-se que se proceda à rectificação da deliberação de Câmara de 16 de Dezembro de 2010, conforme discriminado no mapa em anexo.” O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**ACÇÃO SOCIAL – APOIO À FREQUÊNCIA DO PROGRAMA “FÉRIAS DESPORTIVAS” POR CRIANÇAS ACOMPANHADAS PELA CPCJ E ESPAÇO INFORMAÇÃO MULHER –**

Presente a seguinte proposta: “A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) e o Espaço Informação Mulher solicitaram apoio para a frequência do programa “Férias Desportivas” promovido pela Cooperativa “Tempo Livre” por oito crianças acompanhadas pela CPCJ e por duas crianças acompanhadas pelo Espaço Informação Mulher. A Direcção da “Tempo Livre” deferiu a pretensão, mas solicitou à Câmara Municipal apoio para os encargos dessa frequência, nomeadamente na alimentação e transportes, propondo, a exemplo dos anos anteriores, que a Câmara assumisse 50% dos encargos, cabendo à “Tempo Livre” os restantes 50%. Considerando a importância da inclusão social das referidas crianças, proponho que a Câmara Municipal assuma o encargo de 50% dos custos da frequências do programa “Férias Desportivas” pelas dez crianças acompanhadas por aquelas instituições no valor de €726,00 (setecentos e vinte e seis euros), ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 05.01.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS**



**SOCIAIS DESFAVORECIDOS** – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, Anexo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS** – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, Anexo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ACÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS** – Presente uma informação da Divisão de Acção Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, Anexo III, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07.02 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada

em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AIRÃO S. JOÃO – PARQUE DE LAZER E PISCINA DESCOBERTA** – Presente a

seguinte proposta: “A Junta de Freguesia de Airão S. João construiu um Parque de Lazer e uma Piscina descoberta, cujo montante global da obra se elevou a €402.473,15 (quatrocentos e dois mil e quatrocentos e setenta e três euros e quinze cêntimos), de acordo com uma informação do Departamento de Obras Municipais, elaborada com base no preço de referência constante das normas da Federação Portuguesa da Indústria de Construção e Obras Públicas. Este equipamento foi apoiado pela Câmara Municipal através de deliberações votadas em 25 de Maio de 2008, 23 de Abril de 2009, 15 de Julho de 2010 e 7 de Abril de 2011, que, no seu conjunto, representaram um subsídio no valor de €308.871,78. A Junta de Freguesia solicitou, agora, apoio no montante em falta para o pagamento da totalidade do equipamento, no valor de €93.601,37 e que lhe seja pago o subsídio votado em 25 de Maio de 2008, no valor de €9.132,71 ainda não pago. Considerando que aquela autarquia não dispõe de recursos para o pagamento de um investimento desta dimensão e que o referido equipamento constitui uma indiscutível mais valia para as populações de uma zona rural desfavorecida, proponho que a Câmara Municipal reforce a verba atribuída por deliberação de 7 de Abril de 2011, com o valor de €93.601,00 (noventa e três mil seiscientos e um euros), como contribuição para o pagamento em falta do investimento realizado, bem como o pagamento do subsídio votado em 2008 e que ainda não foi pago, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4 do art. 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de



Janeiro.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votaram contra os Vereadores Luísa Oliveira e André Coelho Lima, tendo apresentado a seguinte declaração de voto: “Em 15.07.2010, foi feita nesta Câmara uma intervenção do PSD, através do vereador José Manuel Antunes, na qual criticava frontalmente não apenas o rocambolesco processo que conduziu à construção destas piscinas de Airão S. João, como ainda a opção pública subjacente, por a considerar um gasto manifestamente excessivo para o período que vivemos, e vivíamos já então. O Presidente de Câmara em resposta na altura, apesar de ter defendido o investimento, manifestou de forma inequívoca em mensagem que foi amplamente difundida, que tudo o que houvesse para gastar naquela obra para além do que se aprovava nessa reunião de 15.07.2010, seria suportado pela Junta de Freguesia, pelos seus meios próprios. Até mesmo, perante a estranheza então manifestada pelos vereadores do PSD, por se tratar de quantias elevadas para poderem ser suportadas por uma Junta de Freguesia, o Presidente reiterou, em citação por aproximação, que *a Junta teria que se desenrascar e arranjar o dinheiro necessário pois a Câmara não mandaria nem mais um tostão*. Hoje, é-nos proposta a aprovação de um subsídio de € 93.601,37 para esta piscina e parque de lazer. Mais: é-nos dito que a Câmara suportou já € 308.871,78 de um investimento de € 402.473,15, donde, estes € 93.601,37 representam que a Câmara terá que suportar a totalidade do investimento daquela piscina. Isto, em ampla e grosseira contradição com aquilo que nos foi aqui assegurado, pelo Presidente de Câmara, há um ano atrás. Em face destes factos, importa questionar o Presidente de Câmara sobre se: a) - Podemos interpretar esta proposta de subsídio como uma provocação de quem a elaborou, ao desrespeitar grosseiramente

as instruções dadas pelo Presidente de Câmara, publicamente, em reunião de Câmara? b) - É apenas um manifesto e ostensivo recuo da palavra então dada? Em qualquer caso, e como levamos a sério a os compromissos assumidos publicamente, e ainda porque mantemos a posição que defendíamos à altura, votaremos **contra** este subsídio.” -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DA COSTA – CASA MORTUÁRIA** – Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “A Junta de Freguesia da Costa construiu uma casa mortuária para apoio à população da freguesia, obra apoiada pela Câmara Municipal através de deliberações de 21 de Fevereiro de 2008 e 21 de Abril de 2009, num montante total de €44 201,32 (quarenta e quatro mil duzentos e um euros e trinta e dois cêntimos). De acordo com auto de medição do Departamento de Obras Municipais verifica-se que o valor da construção executada foi de €83.351,59. Considerando a exigência social que é hoje a existência de capelas mortuárias em todas as freguesias e a sua importância numa freguesia com elevado crescimento populacional como é a Costa, proponho a atribuição de um subsídio no valor de €39.150,00 (trinta e nove mil cento e cinquenta euros), como contribuição para o pagamento em falta do investimento realizado, ao abrigo do disposto na alínea b) do nº 4, do art. 64º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – CASA DO POVO DE FERMENTÕES – ADITAMENTO À PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL PARA 2011**

– Presente a seguinte proposta: “Na reunião da Câmara Municipal de 14 de Abril último foi aprovado um conjunto de apoios a





conceder para o ano de 2011 às Instituições de Solidariedade Social. Na proposta aprovada não foi incluída a Casa do Povo de Fermentões por não apresentação de candidatura, embora essa instituição beneficie, desde 1990, com alteração em 1997, de um conjunto de apoios trimestrais para o funcionamento das suas valências de creche (55 crianças), pré-escolar (75 crianças), centro de actividades de tempos livres (176 crianças e jovens), centro de dia (30 idosos), centro de convívio (50 idosos) e serviço de apoio domiciliário (30 idosos) que, desde 1997, se elevam a €13.413,72 (treze mil quatrocentos e treze mil euros e setenta e dois cêntimos) anuais. Veio a Casa do Povo de Fermentões alegar que a não apresentação da sua candidatura se deveu a uma interpretação dos seus serviços administrativos que as obrigações constantes do novo Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social se aplicavam a novos subsídios e não aos atribuídos por deliberações anteriores da Câmara Municipal, tendo apresentado em 5 de Julho último a sua candidatura com todos os elementos documentais exigidos no regulamento aplicável. Considerando que 2011 foi o primeiro ano da aplicação do regulamento em vigor, que são naturais algumas dificuldades em alteração de procedimentos com mais de dez anos, proponho que seja aceite a candidatura agora apresentada pela Casa do Povo de Fermentões, inscrita no RMISG com o nº 500939470/10 e, em conformidade com o parecer da Divisão de Acção Social que realça o apoio prestado à população carenciada residente nos três bairros sociais existentes na freguesia, seja concedido um subsídio de €15.000,00 (quinze mil euros) para apoio às actividades atrás descritas e que vêm sendo prestadas desde há vários anos, de acordo com as disposições constantes do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social aplicadas na deliberação de 14

de Abril último.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----  
**SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL DE GUARDIZELA – APOIO À AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES** – Presente a seguinte proposta: “O Centro Social de Guardizela tem em curso um programa para aumentar a capacidade instalada no seu Lar de Idosos, presentemente com doze utentes, para 29 utentes, face à elevada lista de espera que lhe tem sido presente de situações urgentes de idosos sem retaguarda familiar. Este programa tem um orçamento de €250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros). A mesma instituição construiu também uma creche para 66 crianças e um pré escolar para 75 crianças, onde investiu um montante de €560.000,00. Para a construção destas instalações, o Centro Social de Guardizela apresentou a sua candidatura aos apoios a conceder para o ano de 2011, de acordo com o prazo e as normas definidas no Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social. Na proposta votada na reunião da Câmara do passado dia 14 de Abril que aprovou um conjunto de apoios a conceder no ano de 2011, não foi incluído o Centro Social de Guardizela. Considerando a importância da acção social desenvolvida no apoio à 3ª idade e à infância numa área concelhia muito afectada pela presente crise económica, de acordo com o parecer da Divisão de Acção Social, proponho, em aditamento à proposta aprovada em 14 de Abril, a atribuição de um subsídio no valor de €80.000,00 (oitenta mil euros) ao Centro Social de Guardizela, inscrito no RMISG com o nº 504860542/10, a pagar mediante autos de medição do Departamento de Obras Municipais, de acordo com as disposições constantes do Regulamento de



Apoio às Instituições de Solidariedade Social aplicadas na deliberação de 14 de Abril.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

**SUBSÍDIOS – CENTRO SOCIAL DE VILA NOVA DE SANDE – PARQUE INFANTIL**

– Presente a seguinte proposta: “O Centro Social Cultural Desportivo e Recreativo de Sande Vila Nova tem em funcionamento valências de Jardim-de-Infância e Centro de Actividades de Tempos Livres frequentadas por cerca de cem crianças. Com o objectivo de melhorar as condições do seu funcionamento propõe-se construir um parque infantil dotado de estruturas lúdicas com espaços para horta e trabalhos pedagógicos ao ar livre correspondendo a determinações do Centro Regional de Segurança Social nos termos do acordo de cooperação entre as duas instituições. Com o objectivo de obter apoio municipal foi apresentada candidatura nos termos do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social, no prazo aí determinado. Na deliberação votada pela Câmara Municipal no passado dia 14 de Abril não foi incluída qualquer dotação para o Centro Social de Sande Vila Nova. Considerando a importância social do apoio à infância, o trabalho realizado pela instituição candidata, e a exigência do equipamento pelos serviços de tutela, de acordo com o parecer da Divisão de Acção Social, proponho, em aditamento à proposta aprovada em 14 de Abril, a atribuição de um subsídio no valor de €25.000,00 (vinte e cinco mil euros) ao Centro Social de Vila Nova de Sande, inscrito no RMISG com o n.º 501647996/10, de acordo com as disposições constantes do Regulamento de Apoio às Instituições de Solidariedade Social aplicadas na deliberação de 14 de Abril.” **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os

Vereadores Luísa Oliveira, André Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

**SUBSÍDIOS – FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DA OLIVEIRA – COMEMORAÇÕES DA BATALHA DE ALJUBARROTA**

– Presente a seguinte proposta da Vereadora Francisca Abreu: “À semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira propõe-se promover os actos comemorativos da Batalha de Aljubarrota, envolvendo um serviço religioso e a iluminação festiva das ruas de Santa Maria e Egas Moniz. Atendendo ao alto significado da data em apreço, proponho, ao abrigo da alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a atribuição de um subsídio de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros) à Fábrica da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, destinado a custear as despesas implicadas naquelas actividades. A cargo do Município ficará, ainda, a instalação provisória de duas baixadas eléctricas de 41,4 Kva para alimentação da referida iluminação, pelo período de 10 a 15 de Agosto de 2011.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 07 e na unidade económica 04.07.01.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – CONQUISTADORES MOTO CLUBE DE GUIMARÃES – 16ª CONFRATERNIZAÇÃO**

– Presente a seguinte proposta do Vereador Domingos Bragança: “Os Conquistadores Moto Clube de Guimarães, promove nos próximos dias 2, 3 e 4 de Setembro a sua Concentração Anual, que se junta praticantes da modalidade de todo o país, no parque das Caldas das Taipas, tendo solicitado o apoio da Câmara Municipal para a instalação eléctrica de apoio às actividades de animação. Considerando a prática habitual e o interesse da referida



Concentração, proponho que seja deferida a pretensão, cujo os encargos se elevam a €1.867,14 ao abrigo do disposto no n.º 6 do art.º 2.º do Regulamento de atribuição de subsídios às associações culturais, artísticas, recreativas e humanitárias do Município de Guimarães.” Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 02.02.25. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE TABUADELO – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Tabuadelo solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora de Fátima, realizada nos passados dias 15 e 16 de Maio. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Tabuadelo, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €29,67 (vinte e nove euros e sessenta e sete cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO DA CRUA DE PEDRA – FESTA EM HONRA DE SANTO ANTÓNIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício do Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Santo António, realizada entre os passados dias 11 e 13 de Junho. Propõe-se a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo da Cruz de Pedra, de um subsídio correspondente a 50% do montante do

consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €35,96 (trinta e cinco euros e noventa e seis cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SANDE VILA NOVA – FESTA DO CORPO DE DEUS – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –**

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Sande Vila Nova solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa do Corpo de Deus, realizada entre os passados dias 17 e 23 de Junho. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Sande Vila Nova, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €38,16 (trinta e oito euros e dezasseis cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE CASTELÕES – FESTA DE S. JOÃO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –**

Presente um ofício da Junta de Freguesia de Castelões solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa de S. João, realizada entre os passados dias 21 e 27 de Junho. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Castelões, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, no valor de €33,89 (trinta e três euros e oitenta e nove cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE AZURÉM – FESTAS EM HONRA DE S. PEDRO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –**

Presente um pedido da Comissão de Festas em Honra de S. Pedro solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de S. Pedro, realizada entre os passados dias 29 de Junho e 3 de Julho. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Azurém, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €29,35 (vinte e nove euros e trinta e cinco cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – UNIÃO DESPORTIVA DE POLVOREIRA – 37.º ANIVERSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –**

Presente um ofício da União Desportiva de Polvoreira solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações das comemorações do seu 37.º Aniversário, realizado entre os passados dias 7 e 19 de Julho. Propõe-se a atribuição, à União Desportiva de Polvoreira, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €18,80 (dezoito euros e oitenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**SUBSÍDIOS – GRUPO REGIONAL FOLCLÓRICO E AGRÍCOLA DE PEVIDÉM – 35.º FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE/2011 – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS –**

Presente um ofício do Grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a

ligação à rede de iluminação pública das ornamentações do 25.º Festival Internacional de Folclore/2011, realizado no passado dia 23 de Julho. Propõe-se a atribuição, ao grupo Regional Folclórico e Agrícola de Pevidém, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações do referido Festival, num máximo de €15,58 (quinze euros e cinquenta e oito cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE SOUTO S. SALVADOR – FESTA EM HONRA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO E DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um pedido da Comissão de

Festas em Honra do Santíssimo Sacramento e Nossa Senhora do Rosário solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da referida Festa, a realizar entre os próximos dias 5 e 8 de Agosto. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Souto S. Salvador, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €37,31 (trinta e sete euros e trinta e um cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**SUBSÍDIOS – JUNTA DE FREGUESIA DE ABAÇÃO – FESTA EM HONRA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício da Junta de Freguesia de Abação solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa em Honra de Nossa Senhora de Fátima, a





realizar entre os próximos dias 8 e 14 de Agosto. Propõe-se a atribuição, à Junta de Freguesia de Abação, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €10,80 (dez euros e oitenta cêntimos). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**SUBSÍDIOS – GRUPO FOLCLÓRICO DE POLVOREIRA – FESTA DA 3ª IDADE E 18º FESTIVAL DE FOLCLORE – ILUMINAÇÕES PÚBLICAS** – Presente um ofício do Grupo Folclórico de Polvoreira solicitando um apoio destinado a custear as despesas com a ligação à rede de iluminação pública das ornamentações da Festa da Terceira Idade e 18.º Festival de Folclore, a realizar nos próximos dias 20 e 21 de Agosto. Propõe-se a atribuição, ao Grupo Folclórico de Polvoreira, de um subsídio correspondente a 50% do montante do consumo eléctrico originado pelas ornamentações da referida Festa, num máximo de €8,00 (oito euros). Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 03 e na unidade económica 04.05.01.02. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA – DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Pelas 11:55 horas o Presidente da Câmara deu a palavra ao cidadão **António Freitas**, morador na Rua João de Melo, desta cidade, que disse pretender alertar para os problemas de segurança que estão a ocorrer à Sexta-feira e ao Sábado à noite na zona do Centro Histórico, tendo solicitado a presença das autoridades competentes no sentido de ser assegurada a ordem pública. Sobre esta intervenção, o **Presidente da Câmara** disse

que até hoje não tinha chegado nenhuma queixa sobre este assunto, acrescentando que iria diligenciar no sentido de verificar o que se estava a passar e, se for caso disso, actuar dentro das responsabilidades da autarquia. -----

**PELAS 12:00 HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA.** -----